



Presidencialismo x Governabilidade

O SISTEMA INSTITUCIONAL BRASILEIRO E A CRISE DE GOVERNABILIDADE.

Msc. José Henrique Westphalen | Movimento Parlamentarista Brasileiro | 14/10/19

Palestra MPB: Presidencialismo x Governabilidade

Msc. José Henrique Westphalen

Mais que uma discussão sobre presidencialismo e parlamentarismo, que considero pertinente e precisa avançar, precisamos fazer uma discussão sobre o sistema institucional Brasileiro como um todo, ou, como o sistema institucional brasileiro gera distorções e uma difícil condução governamental.

- 1) É claro e evidente que o Sistema Institucional Brasileiro não funciona, se não vejamos:
 - a. 7 presidentes assumiram desde 1988.
 - b. 2 presidentes foram impichados.
 - c. 2 presidentes foram presos.
 - d. 2 presidentes dos Senado renunciaram (e alguns foram presos).
 - e. 4 presidentes da Câmara foram afastados do Parlamento e dois foram presos.

- 2) Presidencialismo de Coalisção não é sinônimo de corrupção nem o problema do sistema brasileiro, ele é um subproduto até então necessário. FHC soube compor e institucionalizar bem esse método para governar. O PT usou para deturpar e corromper o sistema.

Em 1997, o então presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, afirmava que a Reforma Política era urgente e necessária para o país, de lá para cá, inúmeros projetos foram objeto de relatoria e debates na Casa, mas pouco avançou.
Os projetos na Câmara dos Deputados:

- [Barreiras Eleitorais](#),
- [Coligações Eleitorais](#),
- Consolidação da Legislação Eleitoral Codificada,
- [Desincompatibilização/ Inelegibilidade](#),
- Eleições (Coincidência de mandato, Duração de Mandatos, Registros, Reeleição etc.),
- Eleitor (Alistamento Eleitoral e Direito a Voto),
- [Fidelidade Partidária](#),
- Filiação Partidária,
- [Financiamento Público de Campanhas](#),
- Fiscalização do Sistema Eletrônico de Votação,
- [Número de Vereadores](#),
- Perda de Mandato,
- Pesquisas Eleitorais,
- [Propaganda Eleitoral/ Partidária e Publicidade](#),
- Revisão Constitucional,
- Segundo Turno,
- Sistema de Governo e
- Sistema de Representação Política.

Os pontos destacados em vermelho forma os únicos que avançaram desde 2008.

Dessa forma, para entender como se governa o Brasil, como se constrói maiorias, como se impõe uma agenda nacional, precisamos primeiro entender como funciona **o sistema institucional brasileiro**:

Presidencialismo:

- Presidente é o Chefe de Estado e Chefe de Governo, eleito por maioria absoluta em primeiro turno ou maioria simples em segundo turno, com mandato de 4 anos.

Sistema bicameral:

- Senado Federal, eleito por maioria simples em sistema binominal (1 Senador e 2 Senadores a cada eleição) e mandato de 8 anos.
- Câmara Federal, eleito por representação proporcional, em distrito uninominal, com lista aberta e VUT (Voto Único Transferível) pelo Método Sainte-Langue de maiores médias em um sistema pluripartidário.

Apenas esse arranjo, por si só, já mostra claramente a impossibilidade de construção de maioria governamental. Ou seja, a bagunça já começa na Carta Magna. Para piorar, existe a realidade do Brasil:

- País heterogêneo culturalmente;
- Dimensões Continentais;
- Economicamente desigual;
- Fortes clivagens políticas estaduais.

Essas são as características do Brasil, que tornam o país o *lócus* perfeito para proliferação partidária. São 32 partidos registrados no TSE e 30 com representação na Câmara Federal, sendo que apenas 11 destes, possuem mais de 5% das cadeiras. Se compararmos com 2002, anos que o PT assumiu a presidência, eram 19 partidos na Câmara e apenas 7 com mais de 5% das cadeiras.

O Sistema Presidencialista Brasileiro é caracterizado por:

- Inexistência de Maioria Parlamentar.
- Alta Instabilidade.

4 fatores que geram essa instabilidade:

1. Alta fragmentação partidária;
2. Diferentes níveis de nacionalização partidária;
3. Falta de fidelidade partidária;
4. Clivagens locais;

Fator 01) Presidente precisa negociar com 30 líderes partidários para construir uma agenda, sendo que com 11, a relação é muito mais delicada.

Fator 02) Nacionalização dos partidos é desigual, com exceção de PSDB, PT e PMDB, as outras legendas não possuem o mesmo nível de nacionalização, possuindo núcleos regionais com mais ou menos expressão. Essa situação coloca interesses e disputas locais acima da posição partidária nacional e da agenda de governo.

Fator 03) A falta de fidelidade partidária não ocorre apenas no parlamento, mas nos estados, no qual a lógica local é mais importante que a nacional. Além disso, os programas partidários tornam-se meras peças de ficção, pois não são seguidos nem compreendidos.

Fator 04) A força das clivagens locais cria gigantescas distorções na agenda nacional, especialmente quando a força dos governadores é maior que do parlamento, fazendo com que estes ambicionem incursões no campo federal, adicionando outro fator de instabilidade.

Nosso sistema institucional é caracterizado pela instabilidade, de alto risco, cuja sustentação baseia-se no desempenho do governo e na sua disposição de respeitar os pontos ideológicos ou programáticos considerados inegociáveis.

Basicamente, no presidencialismo brasileiro, o presidente precisa gozar de alta popularidade para poder manter uma base mínima no Congresso e apresentar resultados que mantenham essa popularidade alta.

Essa situação torna os governantes reféns da imprensa, grupos de pressão, instituições e parlamentares, que para dar sustentação e base e imprimir uma agenda, exigem que suas preferências sejam atendidas em forma de cargos, verbas ou programas estatais.

Como o presidente não se elege com maioria parlamentar, e os parlamentares, na sua maioria, não são comprometidos com a agenda do governo e, seus mandatos são indissolúveis, durante 4 anos o Brasil viverá em conflito e um jogo de forças permanente, no qual a fidelidade e a aprovação das agendas irão variar de acordo com a popularidade do mandatário.

Bolsonaro quebrou a lógica do sistema político vigente.

Até agora vêm dando certo, mas é um jogo perigoso, senão vejamos:

1. Não se buscou no parlamento, nem nos partidos ou nas forças estaduais a composição de base de governo. Os ministros foram em quase sua totalidade fruto de disposição pessoal e caráter técnico do presidente.
2. Ao invés de usar das prerrogativas legislativas e de imposição de agenda, o presidente devolveu ao parlamento a sua função, de construir agendas e pautas políticas para o país (e isso causou um espanto e desespero nos parlamentares, pois não sabem fazer o seu trabalho).
3. O presidente sustenta a sua imagem e força política no discurso ideológico. Ao contrário do que muitos analistas pensam, que a guerra cultural enfraquece Bolsonaro, ao contrário, é a fidelidade ao discurso e a agenda que mantém sua popularidade em alta e com força para impor vitórias no parlamento.

Ao longo desta exposição de fatos, resta provado que o atual sistema institucional brasileiro, aliado às características do nosso país, fazem do presidencialismo a pior escolha para compor esse arcabouço. Não é possível continuar crendo que após inúmeras experiências fracassadas, uma sucessão de crises e uma completa instabilidade institucional se possa defender o sistema presidencialista no Brasil.

Conheça outros textos e pensamentos:

www.zewestphalen.com.br

facebook.com/zewestphalen

twitter.com/zewestphalen

instagran.com/zewestphalen

zewestphalen@icloud.com